

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 2024

(Do Poder Executivo)

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº _____

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 282 do Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024, renumerando-se o parágrafo único, com a seguinte redação:

'Art.282
§ 2º Aplica-se o disposto no caput do presente artigo às
pessoas jurídicas que prestam o serviço de transporte
rodoviário coletivo em regime de fretamento, eventual ou
contínuo, ou fretamento turístico.
(NR)





JUSTIFICAÇÃO

O serviço de transporte urbano, sob a modalidade de fretamento, presta relevantes serviços para a sociedade.

Pelo lado do empregado e empregador, ele assegura a assiduidade e pontualidade dos funcionários, além de contribuir para a redução de custos operacionais e para o bem estar dos colaboradores.

Ao mesmo tempo contribui para a mobilidade urbana, bem como o meio ambiente, ao reduzir, de modo significativo o número de veículos nas vias públicas.

No campo do turismo, o fretamento torna-se um fator de geração de renda, bem como de emprego e desenvolvimento das regiões vocacionadas para o turismo.

Neste sentido, a adoção do regime de redução do CBS e CBS, nos moldes do fornecimento de serviços de transporte coletivo, permite um tratamento isonômico entre todo o setor com ganhos para toda a sociedade.

Contamos com o apoio nos nobre pares à presente Emenda.

Sala das Sessões, em ____ de ____ de 2024

DEPUTADA ELIZA VIRGINIA





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Da Sra. Eliza Virgínia)

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD240072147700, nesta ordem:

- 1 Dep. Eliza Virgínia (PP/PB)
- 2 Dep. Hugo Motta (REPUBLIC/PB) LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE *-(P_5318)
- * Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

